



10221725



08129.007022/2019-84



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas  
Divisão de Alienação Sudeste

Despacho nº 30/2019/DART/CACAt/CGG/DGA/SENAD/MJ

Destino: **Divisão de Licitações**

Assunto: **Políticas sobre Drogas: Gestão, Avaliação e Acompanhamento de Políticas Públicas sobre Drogas**

Interessado(a): **CGGA/SENAD**

1. Trata-se do Despacho nº 332/2019/DILIC/COPLI/CGL/SAA/SE/MJ (10210554), pelo qual a Divisão de Licitações solicita resposta a pedido de esclarecimento.

2. O pedido de esclarecimento nº 13 foi encaminhado por Ozias Pereira Tavares, no dia 8 de novembro de 2019, às 18h21min, aventando questionamentos de ordem técnica (10210550), *verbis*:

Quanto ao edital de credenciamento 01/2019 para a contratação de leiloeiro público oficial. Gostaria de esclarecimentos sobre a exigência do item 5.8.4 referente ao atestado de efetivo do exercício da atividade de leiloeiro por no mínimo 03 (três) anos.

A Junta Comercial atesta que o leiloeiro está matriculado, mas não o exercício. Quem fornecerá este documento?

O leiloeiro por ter fé pública pode atestar este tempo de atividade, corroborado por documentos?

3. **Passo a análise das perguntas, a saber.**

4. O leiloeiro deverá buscar na Junta Comercial documento que ateste sua matrícula incluindo quando esta ocorreu, se possível. Caso não seja possível poderá comprovar por meio de documentos.

Atenciosamente,

**RODRIGO SIMÕES LOPES PEIXOTO**  
Chefe da Divisão de Articulação

**GIOVANNI MAGLIANO JÚNIOR**  
Diretor de Gestão de Ativos Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Giovanni Magliano Júnior**, **Coordenador(a)-Geral de Gestão e Planejamento de Ativos Apreendidos**, em 11/11/2019, às 22:57, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **10221725** e o código CRC **E4B5D7DA**. O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.